



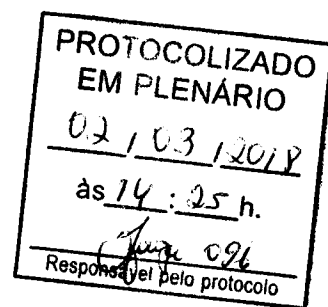
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº
03/2017

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR PROPOSTA DE EMENDA À LEI
ORGÂNICA
PELO Nº03/2017

Voto do Relator

Relatório



Trata-se de Projeto de Emenda à Lei Orgânica de nº 03/2017, de autoria dos vereadores Jair Di Gregório, Autair Gomes, Carlos Henrique, Cláudio da Drogaria Duarte, Eduardo da Ambulância, Jorge Santos, Marilda Portela, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Preto, Reinaldo Gomes, Wellington Magalhães e Wesley da Autoescola, que acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Município, modificando a redação do artigo 158 da LOMBH, incluindo o parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 158. (...)

Parágrafo único – Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de política de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual.”

O presente feito foi regularmente processado e autuado estando suficientemente instruído com a legislação correlata e de acordo com o que dispõe o artigo 86, I da LOMBH, tendo como signatários 14 (quatorze) vereadores, sendo observada a iniciativa de no mínimo de 1/3 dos membros da Câmara.

Recebido os autos pelo Presidente da CMBH, foi determinada

sua publicação e transcurso do prazo para apresentação de emendas em primeiro turno, após o que foi aberto prazo para indicação dos membros da Comissão por parte dos líderes.

Designados os membros da Comissão e respectivos suplentes, em reunião realizada no dia 01/12/2017 foi eleito como Presidente da Comissão Especial o Vereador Mateus Simões e após eleito como Relator, o Vereador Fernando Borja. Feito isso, vieram-me os autos conclusos para parecer, em 04/12/17.

Foi deliberado, aprovado e realizada audiência pública no dia 05/02/2018 às 9:00hs, que debateu junto à sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e instituições da justiça e universidades o conteúdo, legalidade e o impacto social da PELO nº 3/17.

Retornaram os autos novamente conclusos para parecer em 06/02/2018.

Pelo Presidente da Comissão foi requerida prorrogação do prazo da Comissão, nos termos do artigo 81, *caput*, do Regimento Interno, tendo sido fixada a nova data para 08/03/2018.

É o relatório.

Fundamentação

A redação dada a proposta atende ao que dispõe o artigo 98, §1º do Regimento Interno.

A proposta de emenda à lei orgânica foi publicada no Diário Oficial do Município de 10/11/2017, conforme certificado às fls. 09.

Foram observados os prazos para apresentação de emenda em primeiro turno, conforme artigo 115, § 1º do regimento interno e para escolha, pelos líderes, dos membros da Comissão Especial no termos do artigo 47, § 7º, III, sendo feita a designação dos membros titulares e suplentes, conforme ato do Presidente da CMBH constante às fls. 11.

Quanto ao aspecto legal, a matéria tratada na proposta de emenda inclui-se no rol de atribuições do legislativo, conforme se depreende do exame do artigo 86 da Lei Orgânica do Município.

No aspecto constitucional é importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 2º, consagra o princípio da separação de poderes no Estado Brasileiro ao dispor que são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Nesse mesmo sentido na esfera estadual, temos o artigo 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais e na esfera municipal, temos o art. 6º da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Segundo entendimento consolidado, que remonta a Aristóteles, o princípio da tripartição dos poderes trata, essencialmente, de estabelecer um critério funcional das atribuições das 03 (três) esferas de poder, sendo que as principais atribuições do poder legislativo são o poder de fiscalização e o poder de deliberação.

O poder de deliberação é da própria natureza do legislativo, neste inserido o poder/dever de fiscalização e o de auto gestão administrativa.

Segundo Alexandre de Moraes, *“Os órgãos exercentes das funções estatais, para serem independentes, conseguindo frear uns aos outros, com verdadeiros controles recíprocos, necessitavam de certas garantias e prerrogativas constitucionais. E tais garantias são invioláveis e impostergáveis, sob pena de ocorrer desequilíbrio entre eles e desestabilização do governo.”*

A propositura em comento, na forma em que foi apresentada, vai de encontro ao que dispõe a ordem constitucional vigente, senão, vejamos.

Excluir a possibilidade de deliberação por parte do poder legislativo de qualquer matéria que seja, implica em violação não só da norma constitucional, mas também dos princípios republicanos brasileiros, que se firmam na tripartição de poderes.

Com base nesse aspecto, a inconstitucionalidade da iniciativa

emerge cristalina. Entretanto, a despeito da inconstitucionalidade observada, a emenda que é apresentada em conjunto com este relatório visa a superação do referido vício, de modo que a proposta de emenda à lei orgânica possa ser levada à apreciação do plenário.

Não obstante as considerações preliminares, a questão de fundo em debate não pode ser ignorada. A matéria suscitada pelos nobres pares é de louvável iniciativa e apesar de estar envolta por um manto de polêmica, não se pode fugir à sua discussão e deliberação, que como dito alhures é uma das prerrogativas do poder legislativo.

É cediço que as discussões envolvendo gênero e diversidade sexual no ambiente escolar, seja na rede pública ou particular, vem gerando discussões acaloradas de parte a parte.

A eventual inserção do tema na rede pública municipal, deve ser precedida de um estudo aprofundado da melhor estratégia a ser adotada para a abordagem do tema e ainda com a capacitação dos operadores da educação, ao invés de pura e simplesmente inseri-lo na grade curricular.

A nosso ver, convicções pessoais de cunho ideológico ou pessoal não podem servir de norte para a formação de uma política pública de ensino, mormente por estarmos em um Estado de Direito, o que nos remete à condição de regermos tais discussões sob a égide da lei.

Sendo assim, a implementação de uma política de ensino deve ser pautada nas diretrizes básicas estabelecidas pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Desta forma, o posicionamento pessoal dos operadores da educação não pode se sobrepor ao que dispõe a legislação especial que se aplica à matéria e aos limites por ela estabelecidos, sob pena de se violar a lei.

Até o presente momento o legislador pátrio não julgou conveniente a inserção da discussão das questões de gênero e de diversidade sexual no âmbito do ensino infantil ou fundamental.

Tanto que, após acirrada polêmica quanto a matéria, por ocasião da edição do Plano Nacional de Educação, o Senado Federal retirou a ênfase que se pretendeu atribuir à questão de gênero e da diversidade sexual, fazendo constar no destaque apresentado naquela Câmara Superior, textualmente, alusão a “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

O Plano Nacional de Educação, é por definição, “peça técnica e referência basilar para implementação das ações públicas visando a educação em todas as esferas de governo, impondo regras de natureza principiológica e estabelecendo diretrizes gerais de observação obrigatória.”

Assim, se o legislador expressamente retirou do texto do Plano Nacional de Educação as questões de gênero e diversidade sexual, aos seus aplicadores não é dado interpretar extensivamente as diretrizes básicas estabelecidas para a educação. Repito, a convicção pessoal ou de determinados seguimentos da sociedade não podem se sobrepor aos interesses coletivos ou a ordem jurídica constitucionalmente estabelecida.

O mesmo Plano Nacional de Educação criado pela lei 13.005/2014 traz em seu Anexo, a Meta 2.2 que trata da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para a elaboração da BNCC, houve uma ampla discussão com diversos setores da sociedade, além de consultas públicas em todo o Brasil, resultando na Resolução do Ministério da Educação que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2017.

O art. 1º da referida Resolução define a BNCC como *“documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares”*.

A BNCC em consonância com o Plano Nacional de Educação, também não incluiu as discussões sobre gênero, diversidade sexual e orientação sexual dentro de seu conjunto orgânico e progressivo de

aprendizagens essenciais.

Com base no que foi até aqui exposto, está claro que a inserção de tais temas no ensino infantil e fundamental não pode ser por hora autorizado, sob pena de se contrariar lei federal, trazendo insegurança jurídica e ferindo assim a estabilidade do nosso Estado de Direito, que se firma sobre a lei.

A Câmara Legislativa Municipal deve estar em compasso com as normas constitucionais e federais, não podendo esta Casa elaborar legislação que as contrarie sob pena de ser nula de pleno direito.

Diante desse panorama tenho duas situações postas. Uma que diz respeito à constitucionalidade da Proposta de Emenda apresentada e outra que diz respeito à discussão dos temas de gênero, diversidade sexual e orientação sexual no ensino infantil e fundamental.

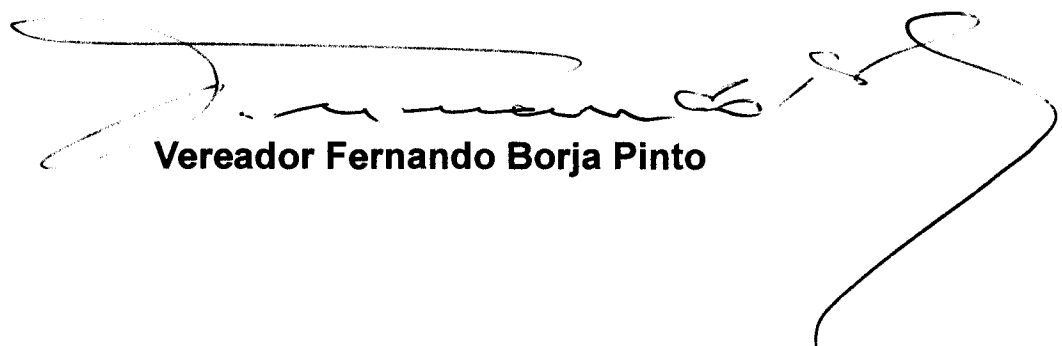
No que diz respeito à constitucionalidade, opinei alhures que a Proposta de Emenda é nitidamente inconstitucional, porquanto viola o processo legislativo constitucionalmente estabelecido, contudo a emenda que é apresentada com este relatório visa a correção do já relatado vício.

Assim, o pano de fundo que envolve o tema não pode ser ignorado e deve ser enfrentado sob a ótica das normas federais que regem o tema.

Conclusão

Desta forma, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação com a apresentação de emenda substitutiva face a relevância da matéria discutida, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte,

É o parecer.



Vereador Fernando Borja Pinto

SUBSTITUTIVO Nº _____/2018

**Acrescenta dispositivo a Lei Orgânica do
Município.**

Art. 1º – Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 158 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

“art. 158 - (...)

(...)

§ 1º– Não serão inseridos na grade curricular do ensino infantil e fundamental, nem adotado como política municipal de ensino ou objeto de discussão em sala de aula, sob qualquer forma ou pretexto, temas que não estejam expressa e literalmente inseridos no rol de diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação.

§ 2º – Enquanto não inseridos no rol de diretrizes do plano nacional de educação, não poderá ser adotada na rede municipal de ensino infantil ou fundamental, medida de qualquer natureza, envolvendo a discussão de gênero, orientação ou diversidade sexual.

Art. 2º – Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.